



Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

BR 480, 795
BARÃO DE COTEGIPE – RS CEP: 99740-000
CNPJ: 03.652.030/0001-70 INSC. EST 170/0004449
FONE/FAX: 54 3523 2700
medicamentos@centermedi.com.br

Barão de Cotegipe, 24 de agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Joaçaba – SC
Secretaria Municipal da Saúde
Fundo Municipal de Saúde

Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2016

“URGENTE”

A Empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Barão de Cotegipe-RS, sito à BR 480, N° 795, inscrita no CNPJ/ME 03.652.030/0001-70 e Inscrição Estadual n°. 170/0004449, neste ato representada por **EDIVAR SZYMANSKI**, portador da carteira de identidade n°. 5051132966 e CPF n°. 670.481.290-34, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, n° 636, na cidade de Barão de Cotegipe –RS, vem por meio deste e com fundamento no art. 41 da Lei 8.666/93, **“IMPUGNAR”** o edital de Pregão Presencial N° 17/2016 para aquisição de medicamentos, pelos seguintes motivos que passamos a relacionar.

A Requerente tomando conhecimento da publicação do Edital de Pregão Presencial supracitado, deparou-se com empecilhos que por si só, traz indizíveis prejuízos para os que querem participar do aludido certame.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a relação de itens constantes no Anexo 01, onde os mesmos na sua grande maioria, estipula a entrega de Blister fracionável (acondicionados de forma unitária).

“Distribuir medicamentos, uma paixão que não tem remédio.”



Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

BR 480, 795
BARÃO DE COTEGIPE – RS CEP: 99740-000
CNPJ: 03.652.030/0001-70 INSC. EST 170/0004449
FONE/FAX: 54 3523 2700
medicamentos@centermedi.com.br

Sucedee que, tal exigência é absolutamente ilegal, pois afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado.

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Em atenção a está estipulação constante no anexo 01 do edital, a mesma está a exigir que as empresas efetuem a entrega dos medicamentos através de blisters fracionáveis. Não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigne cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Como se não bastasse, o item objurgado, fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

Não vislumbramos a razão da Administração Pública em requerer que os medicamentos sejam entregues dessa forma, pois apenas uma única empresa possui credenciamento para comercializar os medicamentos da forma conforme descrita no edital.

Por conseguinte, tal exigência nos parece por demais restritiva, inviabilizando um processo licitatório mais competitivo.

Ademais, a exigência constante não passa de meio camuflado de somente uma empresa poder participar do certame em questão, pois somente uma única empresa está autorizada a participar de licitações na região sul do país efetuando vendas desses fármacos, considerando ainda, que o preço a ser pago pela municipalidade pela aquisição dos mesmos é infinitamente superior aos medicamentos adquiridos por 99% dos órgãos públicos que efetuam processos licitatórios para aquisição de medicamentos.

“Distribuir medicamentos, uma paixão que não tem remédio.”



Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

BR 480, 795
BARÃO DE COTEGIPE – RS CEP: 99740-000
CNPJ: 03.652.030/0001-70 INSC. EST 170/0004449
FONE/FAX: 54 3523 2700
medicamentos@centermedi.com.br

Podemos comprovar tal afirmação com os documentos que encaminhamos em anexo (doc. 01), onde uma mesma empresa participou de dois processos licitatórios em diferentes municípios, onde em um local exigia blister fracionável e em outro não. O preço cotado para o mesmo item nas licitações varia de R\$ 0,15 para R\$ 0,32 cada comprimido do item Ciprofloxacino 500 mg cpr, item esse que também está sendo licitado pelo Município de Joaçaba.

Caso a Administração mantenha a mesma condição editalícia supramencionada, estará restringindo o pólo de licitantes com a intenção de participar do certame, pois da maneira que está exposto, somente uma única empresa poderá participar da disputa.

Nota-se que não há que se duvidar que a exigência questionada na impugnação ora apresentada, constitui-se em fator restritivo à competitividade e, conseqüentemente, à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, princípio este expressamente demarcado no art. 3º da Lei Federal 8.666/93. E sendo ilegal como é, torna, por corolário, defeituoso o instrumento editalício.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos que seja acatada a presente impugnação, devendo para tanto ser emitida uma retificação no edital, retirando a exigência de entrega de blister fracionável, tendo em vista que não há nenhum prejuízo para a Administração a alteração proposta, mas sim, aumentará o número de empresas participantes, aumentando a competitividade do certame e conseqüentemente, a busca pelos melhores preços.

Certos de sua compreensão, aguardamos posicionamento dentro do prazo legal previsto na Legislação, sob pena de serem adotadas as medidas judiciais cabíveis ao caso.

Atenciosamente,



EDIVAR SZYMANSKI
SÓCIO-GERENTE

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

“Distribuir medicamentos, uma paixão que não tem remédio.”